

As Relações Cidade-Região: Reflexões a partir dos Estudos de Regiões de Influência de Cidades

City-Region Relations: Reflections Based on Studies of City Influence Regions

Oscar Alfredo Sobarzo Miñoⁱ

Universidade Federal de Sergipe
Itabaiana, Brasil

Resumo: No presente texto são abordadas as relações entre as cidades e seus contextos regionais, considerando as cidades pesquisadas no projeto Urbanização Contemporânea: Reestruturação e Desigualdades Socioespaciais¹. O objetivo das análises foi caracterizar as relações cidade-região, especialmente em função da centralidade na rede urbana e das características dos diferentes contextos rurais. Os resultados identificam claramente um grupo de cidades médias com centralidade de capitais regionais, exercendo uma forte polarização em seus espaços regionais, e um grupo de centros sub-regionais que desempenham um papel importante na polarização regional. Do ponto de vista dos contextos rurais, verifica-se uma grande variedade de situações, com cidades em espaços regionais de agricultura familiar, de integração da agropecuária com a indústria, do agrogócio, de atividades rurais extrativas e de pluriatividade; evidenciando as diferentes realidades que apresenta o Brasil em termos de urbanização e ocupação do território.

Palavras-chaves: Relações Cidade-Região; Regiões de Influência de Cidades; Tipologia dos Espaços Rurais Brasileiros.

Abstract: This paper addresses the relationships between cities and their regional contexts, focusing on the cities studied in the project "Contemporary Urbanization: Restructuring and Socio-Spatial Inequalities". The aim of the analyses was to characterize city-region relations, particularly in terms of centrality within the urban network and the characteristics of different rural contexts. The results clearly identify a group of medium-sized cities with the centrality of regional capitals, exerting strong polarization in their regional spaces, and a group of sub-regional centers that play an important role in regional polarization. From the perspective of rural contexts, there is a great variety of situations, with cities in regional spaces characterized by family farming, the integration of agriculture with industry, agribusiness, extractive rural activities, and pluriactivity; highlighting the diverse realities of urbanization and land occupation in Brazil.

Keywords: City-Region Relationships; City Influence Regions; Typology of Brazilian Rural Spaces.

ⁱ Professor Titular do Departamento de Geografia, Campus de Itabaiana. sobarzo@academico.ufs.br. <https://orcid.org/0000-0003-2617-3666>

Introdução

No presente texto são abordadas as relações entre as cidades pesquisadas no projeto “Urbanização Contemporânea: Reestruturação e Desigualdades Socioespaciais e seus Contextos Regionais”. As cidades selecionadas são: Bauru (SP), Campos dos Goytacazes (RJ), Ituiutaba (MG), Juiz de Fora (MG), Caruaru (PE), Itabaiana (SE), Patos (PB), Maringá (PR) e Manacapuru (AM). Às mesmas foram incorporadas as cidades já estudadas pela ReCiMe: Parintins (AM), Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Uberlândia (MG), Resende (RJ), Marília (SP), Londrina (PR), Passo Fundo (RS), Marabá (PA), Dourados (MS), Chapecó (SC) – com resultados publicados – e Teófilo Otoni (MG) – com resultados em processo de publicação. Acrescenta-se ainda a cidade de Montes Claros (MG), totalizando 22 cidades.

Trata-se de um conjunto de cidades diverso. Do ponto de vista regional, três cidades se localizam na região Norte do Brasil, cinco no Nordeste, nove no Sudeste, uma do Centro-Oeste e quatro no Sul. No conjunto encontram-se cidades de 13 estados da federação.

O objetivo do texto é compreender esse conjunto diverso de cidades na perspectiva de seus papéis na rede urbana e na relação com seus contextos regionais. Para isso foi realizado um levantamento e análise de diferentes estatísticas e estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com destaque para os microdados do estudo das Regiões de Influência das Cidades de 2018; análise da tipologia dos espaços rurais do estudo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) de 2017; e análise de estudos da rede urbana do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O texto está organizado em cinco partes, sendo iniciado por uma breve discussão bibliográfica sobre as relações cidade-região, seguido de uma segunda parte em que são apresentadas as características demográficas gerais das cidades estudadas. Na terceira parte, o conjunto de cidades é contextualizado na perspectiva dos estudos do IBGE sobre regiões de influência das cidades. Na quarta parte são caracterizados os contextos regionais a partir da tipologia dos espaços rurais. Finalmente, são apresentadas as considerações finais.

Breves Notas Bibliográficas

Os estudos sobre cidades e região têm uma longa tradição na Geografia. Na geografia regional clássica (“vidaliana”), o estudo das regiões incluía uma descrição das cidades, podendo considerar que a partir dessas descrições, aos poucos, foi surgindo e sendo definido o que hoje denominamos como geografia urbana. Nesse campo da pesquisa geográfica surge, por sua vez, uma diferenciação entre as escalas intraurbana e interurbana, como analisaram para o caso brasileiro Abreu (1994) e Corrêa (1994), respectivamente.

A partir dessa diferença de escalas, os estudos relacionados com o interurbano seriam os que privilegiariam, além das relações entre cidades, as relações cidade-região. Entretanto, os estudos interurbanos tendem a ficar mais atrelados à perspectiva da rede urbana, como uma topologia de relações entre pontos e, especialmente se tratando de

análises de cidade médias, muitas vezes desconsideram o espaço regional numa perspectiva mais ampla. Assim, tendemos a favorecer uma visão do regional como um conjunto de localidades relacionadas com um centro urbano de hierarquia superior ou polarizador. No presente texto não se consegue superar totalmente essa lógica de análise, mas é feito um esforço inicial a partir de estudos disponíveis.

Quando se trata de espaços metropolitanos, onde o regional é intrínseco à própria urbanização – escala regional da urbanização –, vemos estudos que incorporam de forma mais clara essa escala de análise e suas relações com as cidades, como podemos observar nos trabalhos de Lencioni (2017), Firkowsky (2020) e Moura (2012), por citar alguns exemplos.

Voltando as relações cidade-região, o texto “Estudo das relações entre cidade e região” de Corrêa (1969) oferece um verdadeiro roteiro para as pesquisas, com destaque para as dimensões populacionais, de drenagem da renda fundiária, da comercialização dos produtos rurais, dos investimentos e o trabalho e da distribuição de bens e serviços. Desafortunadamente o acesso a muitas das informações, que possibilitariam caracterizar essas relações, é limitado ou impossível, inclusive para os próprios órgãos oficiais de pesquisa. Destaque importante desse texto merecem as considerações finais, nas quais o autor sugere “algumas áreas do Brasil que, pelas suas peculiaridades, mereceriam um estudo dessa natureza” (CORRÊA, 1969, p. 55), o que nos permite reforçar que as relações cidade-região dependem de contextos específicos e não podem ser generalizadas ou homogeneizadas, especialmente num país do tamanho do Brasil, embora as lógicas de produção do espaço geográfico tenham alterado fortemente as regiões sugeridas no texto nos últimos 50 anos e numa primeira análise pareçam homogeneizar o espaço.

Nesse sentido, Bessa (2005, p. 269) destaca a importância do processo de reestruturação da rede urbana no Brasil e a necessidade de “reconhecer [...] os novos papéis e valores desempenhados pelas cidades e suas respectivas regiões, assim como [...] identificar as novas funções urbanas e as novas interações espaciais que delas derivam, particularmente, as relações cidade-região e as relações interurbanas”.

Na perspectiva das cidades médias resulta fundamental considerar as relações com a região, já que uma das características da cidade média é seu papel regional. Nessa perspectiva, Sposito (2006) considera as cidades médias como aquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação numa rede urbana, incluindo também a sua participação em relações nacionais e internacionais. No mesmo sentido, em texto anterior, a autora destaca que não é possível reconhecer o papel de uma cidade média sem avaliar as suas relações com cidades maiores e menores e com os espaços rurais com os quais se relaciona (SPOSITO, 2001).

Por sua parte, Amorim (2005) – citando um texto da sua autoria de 1976 – também coloca em relevo a relação entre cidade e região no caso das cidades médias. O autor, entre outras características ou condições, identifica: a capacidade da cidade média para manter relações com seu espaço regional e com cidades hierarquicamente superiores; as condições para dinamizar o espaço rural circundante (condição que hoje deve ser analisada em ambas direções, já que o espaço rural muitas vezes dinamiza a cidade média); intensidade e grau de conectividade que facilitam as relações com o espaço regional; e, finalmente, a não total correspondência entre cidade média e centro de polarização

regional, destacando que não se trataria apenas de relações de dominação, mas também de complementariedade e até de dependência.

No livro organizado por Oliveira, Calixto e Soares (2017) aglutinam-se um conjunto de textos que tem como elemento central a dimensão das relações cidades médias e região. Segundo os autores, as mudanças no Brasil nas últimas décadas do século XX, associadas ao processo de urbanização e às mudanças tecnológicas e informacionais, “vêm produzindo um quadro diversificado e complexo no que concerne a formas, significados, conteúdos e inter-relações” (OLIVEIRA, CALIXTO e SOARES, 2017, p. 13). Nesse sentido, é colocado que existiriam diferenças nas relações cidade-região em função, por exemplo, da fluidez dos territórios e/ou do grau de inserção das regiões nos circuitos mundiais, como é abordado por Elias (2017) na análise das regiões produtivas do agro-negócio.

Avançando nas reflexões é importante enfatizar que as relações cidade-região não são exclusivas das cidades médias ou de cidades com um patamar de população considerado médio. Nesse sentido, é fundamental a contribuição de Bitoun (2009) que em 2006 apresentou a noção “cidades com responsabilidade territorial” a partir da constatação de que existem cidades que em contextos específicos, “pela distância que as separam de quaisquer outras cidades, [constituem] os únicos recursos ‘urbanos’ para populações dispersas em grandes espaços do Brasil Central e Ocidental” (BITOUN, 2009, p. 67). Trata-se de cidades que desempenham importantes funções nos seus contextos regionais, como tem sido destacado nos trabalhos sobre a Amazônia de Schor e Costa (2011) e Schor (2013).

Ainda sobre a noção das “cidades com responsabilidade territorial”, Bitoun em entrevista publicada em 2012 detalhou:

A ideia nasceu no decorrer dos estudos para construir uma tipologia das cidades brasileiras para o Ministério da Cidade, em 2005. A metodologia seguida visava associar cidades e territórios para permitir um diálogo na definição da Política de Desenvolvimento Urbano, a ser debatida no Conselho das Cidades. [...] Observamos que existiam, no Brasil, cidades pequenas ou até muito pequenas que estavam numa situação peculiar: as distâncias que as separavam das cidades mais próximas eram consideráveis. [...] Ela ocorre em boa parte do Brasil dos Cerrados e da Amazônia, em regiões de baixas densidades populacionais. Quase todas essas cidades são centros locais que, segundo a REGIC, publicada posteriormente em 2008, exercem uma influência limitada ao território municipal, geralmente muito extenso, nessas regiões de baixas densidades. (BITOUN, 2012, p. 111)

Da citação anterior e a modo de síntese, podemos resgatar a importância dos contextos regionais diferenciados para a compreensão do urbano no Brasil e a diversidade de tipos de relações cidade-região que podemos identificar, muitas vezes para além ou à revelia das classificações funcionais e das tipologias mais abrangentes construídas à escala nacional. Ainda, embora não esteja no propósito deste texto, o relato de Bitoun nos coloca diante da importância que os estudos da relação cidade e região possuem para o estabelecimento de diagnósticos que sirvam de subsídio para a formulação de po-

líticas públicas. Nesse sentido podemos citar, apenas como exemplo, a própria tipologia das cidades brasileiras de Bitoun e Miranda (2009), o estudo coordenado por Campolina para o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2008) e a nota técnica do IPEA de Galindo e Tavares (IPEA, 2020).

As Cidades da Pesquisa: Características Demográficas

Como já apontado, o conjunto das cidades analisadas neste texto é diverso, situação que se comprova ao considerar os tamanhos demográficos. Num primeiro momento, analisando os tamanhos demográficos municipais (Tabela 1), que incluem a população urbana (da sede ou cidade e de outras áreas definidas como urbanas) e a população rural, nos deparamos com volumes populacionais que variam de quase 700.000 habitantes até municípios que não superam o patamar dos 100.000 habitantes, segundo as projeções para o ano 2018².

Considerando o intervalo entre 100.000 e 500.000 habitantes como critério para definir o tamanho médio populacional, temos que 16 municípios encontram-se nesse intervalo, quatro municípios já o superaram e dois estão levemente abaixo do patamar mínimo. Apesar disso é possível generalizar para o conjunto de municípios analisados uma condição de tamanho médio.

Outro dado interessante de destacar da Tabela 1 refere-se ao percentual de crescimento populacional entre 2000 e 2018, que também apresenta uma grande disparidade. Com efeito, considerando o crescimento do Brasil como patamar comparativo, existem 15 municípios que cresceram acima do ritmo nacional e sete abaixo do mesmo. Especial destaque para os municípios de Marabá, Chapecó, Maringá e Caruaru que cresceram mais de 40% em termos populacionais, o que já nos aponta para um dinamismo municipal e/ou regional que atraiu população, já que os ritmos de crescimento vegetativo não explicam esses fortes aumentos demográficos.

Tabela 1 – População Municipal (2000, 2010, 2018).

Municípios		População municipal 2000	População municipal 2010	População municipal estimada 2018	% crescimento 2000-2018
1	Uberlândia – MG	500.488	604.013	683.247	36,5
2	Juiz de Fora – MG	456.432	516.247	564.310	23,6
3	Londrina – PR	446.822	506.701	563.943	26,2
4	Campos dos Goytacazes – RJ	406.511	463.731	503.424	23,8
5	Maringá – PR	288.465	357.077	417.010	44,6
6	Campina Grande – PB	354.546	385.213	407.472	14,9
7	Montes Claros – MG	306.730	361.915	404.804	32,0

8	Bauru – SP	315.835	343.937	374.272	18,5
9	Caruaru – PE	253.312	314.912	356.872	40,9
10	Mossoró – RN	213.057	259.815	294.076	38,0
11	Marabá – PA	167.873	233.669	275.086	63,9
12	Marília – SP	197.153	216.745	237.130	20,3
13	Dourados – MS	164.674	196.035	220.965	34,2
14	Chapecó – SC	146.805	183.530	216.654	47,6
15	Passo Fundo – RS	168.440	184.826	201.767	19,8
16	Teófilo Otoni – MG	129.096	134.745	140.235	8,6
17	Resende – RJ	104.482	119.769	130.334	24,7
18	Parintins – AM	90.045	102.033	113.168	25,7
19	Patos – PB	91.729	100.674	106.984	16,6
20	Ituiutaba – MG	88.823	97.171	104.067	17,2
21	Manacapuru – AM	73.326	85.141	96.236	31,2
22	Itabaiana – SE	76.803	86.967	94.696	23,3
	BRASIL	169.590.693	190.755.799	208.494.900	22,9

Fonte: IBGE, Censos de População de 2000 e 2010; projeções de população 2018.

Num segundo momento, interessa nos aproximar dos tamanhos demográficos das cidades, que no Brasil, por força da legislação, correspondem às sedes municipais. Considerando os dados de 2010 confirma-se a diversidade de tamanhos demográficos das cidades em análise (Tabela 2), tendo maioritariamente uma situação considerada de tamanho médio com volumes populacionais representativos de todo o intervalo (entre 100.000 e 500.000 habitantes). Nessa condição se encontravam 14 cidades em 2010, enquanto duas superavam levemente o limite superior (Uberlândia e Juiz de Fora) e seis não alcançavam o patamar inferior do intervalo (Patos, Ituiutaba, Resende, Itabaiana, Parintins e Manacapuru).

Ainda com relação aos dados da Tabela 2, os ritmos de crescimento apresentados pelas cidades no período 2000-2010 confirmam a heterogeneidade de situações. Embora todas cresçam em seus contingentes populacionais, algumas se destacam com percentuais superiores a 20%, como no caso de Marabá, Caruaru, Manacapuru, Chapecó, Maringá, Itabaiana, Dourados, Uberlândia e Parintins. No outro extremo encontramos cidades que cresceram próximo de 10% ou menos: Patos, Passo Fundo, Bauru, Marília, Campina Grande e Teófilo Otoni.

Tabela 2 – População da sede municipal (2000, 2010).

	Municípios	População na sede (cidade) (2000)	População na sede (cidade) (2010)	% crescimento 2000-2010
1	Uberlândia – MG	485.848	584.102	20,2
2	Juiz de Fora – MG	449.778	506.841	12,7
3	Londrina – PR	424.573	484.456	14,1
4	Campos dos Goytacazes – RJ	311.275	356.608	14,6
5	Campina Grande – PB	327.675	355.082	8,4
6	Maringá – PR	277.197	341.945	23,4
7	Montes Claros – MG	283.454	338.381	19,4
8	Bauru – SP	308.505	336.352	9,0
9	Caruaru – PE	215.818	278.097	28,9
10	Mossoró – RN	198.301	237.241	19,6
11	Marília – SP	181.245	197.011	8,7
12	Marabá – PA	134.258	186.270	38,7
13	Passo Fundo – RS	163.174	179.548	10,0
14	Dourados – MS	143.328	173.748	21,2
15	Chapecó – SC	132.277	165.255	24,9
16	Teófilo Otoni – MG	97.897	105.621	7,9
17	Patos – PB	87.257	96.339	10,4
18	Ituiutaba – MG	83.589	93.125	11,4
19	Resende – RJ	67.877	77.943	14,8
20	Itabaiana – SE	55.470	67.709	22,1
21	Parintins – AM	56.378	67.655	20,0
22	Manacapuru – AM	47.292	60.174	27,2

Fonte: IBGE, Censos de População de 2000 e 2010.

Como apontado anteriormente, os ritmos de crescimento populacional podem servir como aproximações para situações de dinamismo das cidades e suas regiões, entretanto devem ser considerados com cuidado porque os percentuais têm estreita relação com os volumes brutos de população, então cidades com tamanhos menores podem mostrar maiores percentuais de crescimento, embora a “nova” população não represente um grande contingente em termos absolutos. Essa situação se verifica nos casos em análise de Itabaiana, Parintins e Manacapuru.

Nessa mesma perspectiva, outra situação que deve ser considerada é o que realmente são as cidades em estudo. Na Tabela 2 foram consideradas cidades apenas as sedes

municipais, o que segue à risca a problemática e amplamente discutida definição oficial de cidade no Brasil. O próprio IBGE tem feito esforços para superar essa definição³ que encontra inúmeros problemas na realidade, especialmente em áreas metropolitanas, grandes cidades e aglomerados urbanos.

Assim, já adiantando um pouco do que será abordado na análise da REGIC 2018, a Tabela 3 apresenta as “cidades” que estão sendo analisadas que formam Arranjos Populacionais (APs) definidos pelo IBGE. No referido estudo do IBGE, “a unidade funcional Cidade [...] pode vir a ser composta não apenas por um, mas por vários Municípios que são indissociáveis como unidade urbana”, sendo que essa unidade é denominada Arranjo Populacional (IBGE, 2020, p. 72). Voltando à Tabela 3 observamos que, das 22 cidades em análise, 10 compõem arranjos populacionais; na verdade 10 das cidades são “cabeceiras” de APs.

Ao considerar os dados de população dos arranjos populacionais novamente temos o problema dos dados se referirem a populações totais estimadas por município, o que inclui população rural, mas mesmo assim constituem uma boa aproximação para caracterizar as cidades entendidas como unidades funcionais para além apenas de sedes isoladas de municípios. Os dados mostram que cinco APs superam os 500.000 habitantes, com destaque para Londrina e Maringá que acrescentam mais de 170.000 e quase 220.000 habitantes, respectivamente, ao serem considerados na dimensão do arranjo. Nesse caso, trata-se de unidades funcionais urbanas já em caminho da metropolização, o que sugere um alto grau de interações com o resto dos municípios do aglomerado e com seus entornos regionais imediatos.

Tabela 3 – Arranjos Populacionais (2018).

	Arranjos Populacionais	População total 2018 (*)	Nº de municípios do AP	População estimada fora do município “sede” do AP
1	AP de Londrina – PR	736.153	4	172.210
2	AP de Maringá – PR	636.899	10	219.889
3	AP de Juiz de Fora – MG	588.332	5	24.022
4	AP de Campos dos Goytacazes – RJ	539.562	2	36.138
5	AP de Campina Grande – PB	506.146	5	98.674
6	AP de Bauru – SP	387.775	2	13.503
7	AP de Marília – SP	254.481	3	17.351
8	AP de Chapecó – SC	225.749	3	9.095
9	AP de Resende – RJ	195.417	4	65.083
10	AP de Patos – PB	108.913	2	1.929

(*) Considera a população municipal estimada.

Fonte: IBGE, REGIC 2018.

Embora exista uma grande heterogeneidade nos tamanhos populacionais dos arranjos apresentados na Tabela 3, um aspecto interessante de destacar é que todos esses 10 APs são classificados como “média concentração urbana” no estudo da REGIC 2018. Nesse sentido, os APs analisados neste texto poderiam ser considerados num patamar intermediário na rede urbana, embora existam gigantescas diferenças entre, por exemplo, o AP de Patos com 108.913 habitantes e o AP de Londrina com 736.153 habitantes. Essas características de “cidades” num patamar intermediário na rede urbana são melhor abordadas na seguinte seção do texto.

Regiões de Influência das Cidades

Os estudos sobre a rede urbana brasileira têm uma longa tradição no IBGE e datam desde a década de 1960. Iniciam-se com a pesquisa Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966 (publicada em 1972) e continuam com os estudos Regiões de Influência das Cidades 1978, 1993, 2007 e 2018 (publicados em 1987, 2000, 2008 e 2020, respectivamente).

No último estudo REGIC disponível (IBGE, 2020), a metodologia para estabelecer a hierarquia urbana e as regiões de influência das cidades considerou duas dimensões: as relações urbanas de longa distância, medidas pela gestão do território, e as relações de proximidade (ou “a atração exercida entre as Cidades⁴ próximas”), avaliadas pela aplicação de questionários sobre os destinos para o consumo de produtos e serviços.

No caso da gestão do território foi abordada a gestão pública e a gestão empresarial. A primeira foi caracterizada a partir da presença, ou não, nas cidades, de diferentes instituições nacionais com atuação descentralizada, como o INSS, o antigo Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Especial da Receita Federal, a Justiça Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais do Trabalho e o IBGE. Para a caracterização da gestão empresarial foram identificadas as sedes e as filiais de empresas nas cidades a partir do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE para o ano 2016; assim, “A centralidade de cada centro foi estabelecida pelo somatório tanto de suas sedes e filiais, quanto pelas unidades locais relacionadas a essas sedes e filiais de outras Cidades” (IBGE, 2020, p. 75). A combinação dos indicadores de gestão pública e de gestão empresarial deu origem a um índice de centralidade da gestão do território que permitiu estabelecer uma hierarquia inicial das cidades em cinco níveis: 1. Metrópole; 2. Capital Regional; 3. Centro Sub-Regional; 4. Centro de Zona; e 5. Centro Local.

Com relação às relações de proximidade utilizadas para a definição das regiões de influência das Cidades, no estudo REGIC 2018 foi utilizado um “questionário aplicado por agentes de pesquisa do IBGE na maior parte dos Municípios brasileiros” para identificar os municípios mais procurados pela população para satisfazer sua demanda por um conjunto de produtos e serviços selecionados, que incluiu os seguintes temas: compras de vestuário e calçados; móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades; ensino superior; atividades culturais e esportivas; uso de aeroporto; e a origem dos jornais que circulam no Município (IBGE, 2020, p. 73). Com essas informações foi elaborado um índice de atração geral para cada cidade e índices específicos por cada tema pesquisado. É importante destacar que nos temas pesquisados também

foram consideradas informações referentes às atividades agropecuárias e às ligações internacionais.

A partir da hierarquia em cinco níveis definida pela gestão do território e das informações dos questionários e dos indicadores elaborados⁵ foram realizados ajustes e finalmente estabelecida a seguinte hierarquia dos centros urbanos: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional, Metrópole; Capital Regional A, Capital Regional B, Capital Regional C; Centro Sub-Regional A, Centro Sub-Regional B; Centro de Zona A, Centro de Zona B; e Centro Local.

Considerando o conjunto de estudos das regiões de influência das cidades, Moura, Nagamine e Ferreira realizaram uma análise fundamental para identificar as transformações da rede urbana brasileira. No referido estudo, os autores apontam que objetivam “demarcar as mudanças e permanências das cidades na escala hierárquica ao longo do período analisado” (IPEA, 2021, p. 5). Entre as principais conclusões dessa análise destacam-se:

- “[...] a tendência de reforço de uma hierarquia que vem se consolidando desde meados do século passado, a partir da permanência das **centralidades metropolitanas** em suas devidas posições e da agregação de novas metrópoles a esse conjunto, fortalecendo o comando da organização do território”.
- “[a configuração de] uma **rede urbana mais densa**, com mais elos entre cidades de distintas regiões, mais ramificada e com maior capacidade de penetrar no interior do território e alcançar as fronteiras nas áreas de menor densidade do país”.
- “A variação no escalonamento dos centros, como expressão da trajetória da rede urbana a partir da década de 1960, sintetiza-se em duas palavras: permanência, **notada na estabilidade da posição de um grande número de cidades** nos mesmos níveis hierárquicos da rede, ou sob pequenas oscilações que não implicaram mudança de nível”.
- “A mudança corresponde a um número menor de cidades e se reparte entre as que galgam **novas condições de funcionalidade** e, por isso, se reposicionam em níveis superiores, e aquelas que por inúmeros motivos, como decadência ou **perda relativa de importância regional**, declinam em seu posicionamento na escala hierárquica da rede urbana. Ambos os casos requerem análise em detalhe que explique os comportamentos gerais e específicos aos **diferentes contextos urbanos e regionais do país**”. (IPEA, 2021, p. 65-66, grifos nossos)

Na perspectiva das cidades consideradas no recorte deste texto, também interessa destacar que na análise de Moura, Nagamine e Ferreira é considerado que, além da dinâmica de metropolização do espaço que assume, em alguns casos, dimensões regionais, “articulam-se a esses espaços centralidades intermediárias (centros sub-regionais e centros de zona) no interior do território, que se consolidam e reforçam a rede de cidades e a hierarquia de centros, correspondendo às porções com maior intensidade da urbanização” (IPEA, 2021, p. 10). A única observação que podemos fazer a essa análise é que consideramos que além de centros sub-regionais e centros de zona, nessa dinâmica intermediária há capitais regionais B e, especialmente capitais regionais C, que

não apresentam a tendência à metropolização e desempenham importantes papéis de intermediação na rede urbana brasileira, inclusive algumas delas correspondem a cidades que tem galgado “novas condições de funcionalidade” como apontado pelos autores nas conclusões detalhadas anteriormente.

Em síntese, para 2018 temos, no conjunto de cidades estudadas, nove capitais regionais B (Uberlândia, AP de Londrina, AP de Maringá, AP de Juiz de Fora, AP de Bauru, AP de Chapecó, Montes Claros, Passo Fundo e Caruaru); sete capitais regionais C (AP Campos dos Goytacazes, AP de Campina Grande, Dourados, AP de Marília, Marabá, Mossoró e Teófilo Otoni); três centros sub-regionais A (AP de Resende, Itabaiana e AP de Patos); e três centros sub-regionais B (Ituiutaba, Manacapuru e Parintins).

No estudo REGIC 2018 (IBGE, 2020, p. 11), as capitais regionais são caracterizadas como “centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles”. No caso específico das capitais regionais B (24 no total), destaca-se que são centralidades com importância no interior dos Estados, com 530.000 habitantes em média e que se localizam maioritariamente na região Sul; já as capitais regionais C (64 no total) estão localizadas principalmente na região Sudeste e possuem em média 300.000 habitantes.

Por outro lado, os centros sub-regionais “possuem atividades de gestão menos complexas [...], com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes” (IBGE, 2020, p. 11). No caso dos centros sub-regionais A, a média populacional é de 120.000 habitantes; para os centros sub-regionais B a média é de 70.000 habitantes.

Neste ponto é possível estabelecer que, do conjunto de cidades analisado, as cidades classificadas como capitais regionais B e C são aquelas que mais claramente apresentam as condições de cidades médias. Na análise das variáveis consideradas no estudo da REGIC 2018 essa constatação ficará ainda mais clara, como veremos a seguir.

Considerando a variável da “centralidade de gestão do território” – chave na definição da hierarquia das cidades –, observa-se na Tabela 5 que todo o conjunto analisado corresponde a centros de gestão, sendo que as capitais regionais (com a única exceção de Teófilo Otoni) são classificadas na segunda classe de gestão do território e os centros sub-regionais na terceira classe. Os centros de gestão do território correspondem às cidades com a maior capacidade no “exercício do comando e gestão territorial”, considerando a gestão empresarial e a gestão pública: “Nesse sentido, essas Cidades quase sempre são aquelas com maior diversidade e quantidade de oferecimento de bens e serviços, além de conseguirem estabelecer redes de mais longo alcance no Território Nacional” (IBGE, 2020, p. 83).

Da mesma maneira, a Tabela 5 permite observar que no conjunto de cidades analisado há diferenças importantes, sobressaindo os casos do AP de Londrina, Uberlândia, AP de Maringá, Passo Fundo, AP de Bauru e AP de Juiz de Fora, que se situam entre as 50 maiores cidades brasileiras no ranking do coeficiente de gestão do território (CGT). Esse grupo de seis cidades repete a sua posição ao analisar a centralidade da gestão pública e da gestão empresarial. Especial destaque merecem as cidades de Londrina e Uberlândia que se encontram entre as maiores 25 cidades no ranking de gestão empresarial.

Tabela 5 – REGIC 2018 – Centralidade de Gestão do Território (CGT).

	Cidades	Classe de centralidade de Gestão do Território (1)	Centralidade de Gestão do Território (CGT)	Ranking da CGT (2)
1	AP de Londrina/PR	2	4,72	29
2	Uberlândia	2	4,70	32
3	AP de Maringá/PR	2	4,69	34
4	Passo Fundo	2	4,46	39
5	AP de Bauru/SP	2	4,39	44
6	AP de Juiz de Fora/MG	2	4,39	46
7	AP de Chapecó/SC	2	4,24	56
8	Caruaru	2	4,24	57
9	AP de Campina Grande/PB	2	4,20	60
10	Mossoró	2	4,18	63
11	Montes Claros	2	4,18	65
12	AP de Campos dos Goytacazes/RJ	2	4,17	69
13	AP de Marília/SP	2	4,12	74
14	Dourados	2	4,11	76
15	Marabá	2	4,11	77
16	AP de Resende/RJ	3	3,89	103
17	Teófilo Otoni	3	3,79	112
18	AP de Patos/PB	3	3,41	209
19	Ituiutaba	3	3,39	215
20	Itabaiana	3	3,31	247
21	Manacapuru	3	2,81	463
22	Parintins	3	2,77	491

(1) Valores possíveis de 1 até 5 (1: maior centralidade; 5: menor centralidade)

(2) Sobre um total de 1.117 cidades classificadas como centros de gestão do território na REGIC 2018

Fonte: IBGE, REGIC 2018 [arquivo REGIC2018_Cidades_v2.xls]

Na perspectiva da oferta de bens e serviços disponíveis em cada cidade e sua capacidade de atração, nos microdados da REGIC 2018 é apresentado o Índice de Atração Geral (IA) que podemos observar na Tabela 6. Na perspectiva desse indicador há mudanças interessantes ao observado com a dimensão da gestão do território. Com efeito, há uma grande alteração nas principais cidades, com destaque para Caruaru, Montes Claros

e o AP de Campina Grande que aparecem entre as seis cidades melhor posicionadas, junto com os APs de Londrina e Maringá e Uberlândia que já se destacaram na análise da gestão pública e empresarial.

Ainda, na Tabela 6 observa-se que um total de 11 cidades, das 22 analisadas, encontram-se entre as 50 maiores cidades no ranking nacional do índice de atração geral, somando-se às seis identificadas no parágrafo anterior as seguintes cidades: AP de Juiz de Fora, AP de Bauru, Marabá, AP de Chapecó e Passo Fundo. Indo além, 17 cidades do conjunto analisado encontram-se entre as 100 primeiras do ranking de atração, o que confirma a sua importância como centros que ofertam produtos e serviços para seus espaços regionais.

Tabela 6 – REGIC 2018 – Índice de Atração Geral das Cidades.

	Cidades	Índice de Atração Geral (1)	Ranking no Brasil (2)
1	Caruaru	812.154,96	23
2	Arranjo Populacional de Londrina/PR	760.282,10	25
3	Montes Claros	676.351,37	30
4	Arranjo Populacional de Maringá/PR	651.814,72	31
5	Uberlândia	588.662,41	34
6	Arranjo Populacional de Campina Grande/PB	561.868,69	35
7	Arranjo Populacional de Juiz de Fora/MG	555.525,01	36
8	Arranjo Populacional de Bauru/SP	536.732,57	39
9	Marabá	455.166,02	45
10	Arranjo Populacional de Chapecó/SC	453.403,12	46
11	Passo Fundo	425.761,67	49
12	Dourados	331.015,94	57
13	Mossoró	260.221,50	72
14	Arranjo Populacional de Marília/SP	253.041,61	74
15	Teófilo Otoni	235.230,80	77
16	Arranjo Populacional de Patos/PB	207.932,54	84
17	Arranjo Populacional de Campos dos Goytacazes/RJ	205.239,42	85
18	Itabaiana	110.137,84	146
19	Arranjo Populacional de Resende/RJ	91.588,85	169
20	Parintins	80.604,01	189
21	Ituiutaba	33.217,40	380
22	Manacapuru	28.156,56	419

(1) Valor máximo (AP de São Paulo) = 4.515.193,84; Valor mínimo (*) = 4,12; Média (*) = 22.811,27
 (*) Não foram consideradas as cidades com valores 0 (zero)

(2) Entre 4.899 cidades

Fonte: IBGE, microdados REGIC (2018) [arquivo: REGIC2018_Cidades_v2.xls]

Analisando algumas variáveis específicas que compõem o índice de atração geral, é possível pensar numa certa especialização das cidades analisadas. Na perspectiva das compras de vestuário e calçados e móveis e eletrodomésticos, Caruaru consolida-se com uma forte capacidade de atração, sendo que 20 cidades se encontram sobre os valores médios dessas variáveis. Por outra parte, considerando os serviços de saúde, a maior capacidade de atração fica com Passo Fundo para a alta complexidade e o AP de Campina Grande para a baixa e média complexidade. Novamente a maioria das cidades analisadas apresenta índices de atração superiores à média nacional. Já na perspectiva da atração exercida pela oferta de ensino superior, novamente há destaque para Caruaru com o maior índice, seguida pelo AP de Maringá, Montes Claros, AP de Juiz de Fora e AP de Campina Grande. Importante ressaltar que a grande maioria das cidades apresenta valores do índice de atração específico do ensino superior muito por sobre a média nacional.

Na perspectiva de qualificar ainda mais a importância regional das cidades analisadas, apresentamos a Tabela 7 com o número de municípios que apresentam ligações ou deslocamentos de população para a busca de bens e serviços. Analisando esses dados, Caruaru aparece como a cidade que polariza um conjunto de municípios que representa a maior quantidade de população com mais de 7,7 milhões de habitantes. Considerando a população de forma decrescente seguem Londrina, Maringá, Juiz de Fora, Campina Grande, Bauru, todas apresentando ligações com um conjunto de municípios que soma mais de 4 milhões de habitantes. Em termos gerais, 20 das 22 cidades analisadas apresentam uma “região de influência” definida em função da oferta de bens e serviços de mais de 1 milhão de habitantes.

Tabela 7 – REGIC 2018 – Ligações entre municípios (deslocamentos dos moradores do município de origem para busca de bens e serviços).

	Município de destino	Número de municípios de origem	População dos municípios de origem (1)
1	Caruaru – PE	247	7.738.872
2	Londrina – PR	290	6.289.443
3	Maringá – PR	249	6.287.015
4	Juiz de Fora – MG	224	5.980.814
5	Campina Grande – PB	277	5.213.431
6	Bauru – SP	152	4.256.854
7	Uberlândia – MG	131	3.628.025
8	Chapecó – SC	273	3.492.705
9	Passo Fundo – RS	300	3.290.438
10	Marabá – PA	75	3.263.130
11	Montes Claros – MG	153	2.653.187
12	Marília – SP	111	2.277.996
13	Parintins – AM	48	2.013.441

	Município de destino	Número de municípios de origem	População dos municípios de origem (1)
14	Campos dos Goytacazes – RJ	44	1.930.305
15	Patos – PB	121	1.853.658
16	Mossoró – RN	108	1.727.808
17	Resende – RJ	25	1.471.031
18	Teófilo Otoni – MG	82	1.403.763
19	Dourados – MS	64	1.390.157
20	Itabaiana – SE	52	1.333.335
21	Manacapuru – AM	14	508.504
22	Ituiutaba – MG	18	319.308

(1) População estimada 2018

Fonte: IBGE [Arquivo: REGIC_2018_Quest_Ligacoes_entre_municipios.xls]

Ao analisar variáveis específicas levantadas no estudo REGIC 2018 é possível corroborar essa importância na atração de população para a satisfação do consumo de bens e serviços. Com efeito, nos deslocamentos para compra de vestuário e calçados, móveis e eletrodomésticos, saúde e ensino superior comprova-se que a grande maioria das cidades analisadas polariza conjuntos de municípios que somam mais de 1 milhão de habitantes, sendo essa condição mais expressiva no caso da saúde de baixa e média complexidade e o ensino superior. Destaque especial merece a capacidade de atração das cidades na variável do ensino superior, na qual 17 das 22 cidades analisadas polarizam conjuntos de municípios com mais de 1 milhão de habitantes. Embora, nas diferentes variáveis existam mudanças nas cidades que mostram a maior capacidade de atração, em termos gerais se destacam Caruaru, Maringá, Londrina, Juiz de Fora, Bauru, Campina Grande, Passo Fundo e Uberlândia. Como esperado, a menor capacidade de atração é identificada nas cidades classificadas como centros sub-regionais.

Finalmente, na análise da REGIC 2018 interessa destacar o papel das cidades em análise na perspectiva das atividades agropecuárias. Nesse sentido, na sua grande maioria, as cidades apresentam uma forte relação com a produção agropecuária regional, seja com relação aos insumos, maquinários, implementos, assistência técnica ou como destino da produção, com destaque para Uberlândia, Dourados, Marabá, AP de Maringá, AP de Londrina, Passo Fundo e Montes Claros. Na seção seguinte analisaremos as regiões em que as cidades estão inseridas em função dos seus diferentes espaços rurais, sendo possível retomar essa dimensão analisada na REGIC 2018.

Os Contextos Regionais na Perspectiva dos Espaços Rurais Brasileiros

Nessa seção do texto será apresentada uma caracterização inicial e muito geral dos contextos regionais em que se inserem as 22 cidades analisadas. Entendendo que a importância regional das cidades se manifesta num amplo número de municípios (como

visto anteriormente), que envolvem diferentes tipos de cidades e amplos e diversos espaços rurais, para tal caracterização serão identificados e descritos os tipos regionalizados definidos na tipologia dos espaços rurais brasileiros de Bitoun *et al.* (2017), numa linha similar ao feito por Bitoun, Miranda e Moura (2017).

A tipologia dos espaços rurais brasileiros de Bitoun *et al.* (2017) é o resultado de um detalhado trabalho de caracterização, classificação e diferenciação dos diferentes rurais presentes num país de dimensões continentais como o Brasil. Nessa perspectiva, a escala de análise não se refere aos contextos regionais específicos que pretendemos caracterizar neste texto, assim consideramos que o nível de detalhe apresentado nas nossas descrições deve ser tomado apenas como uma aproximação que não pretende se colocar como uma definição absoluta, estando sujeita a revisões e correções na medida em que sejam realizados ou considerados estudos numa escala mais próxima dos contextos regionais específicos de cada cidade.

Na referida tipologia foram identificados 26 tipos de espaços rurais no Brasil, os quais foram regionalizados por biomas: Amazônia (4 tipos), Pantanal (1 tipo), Cerrado (5 tipos), Mata Atlântica (6 tipos), Caatinga (4 tipos) e Pampa (3 tipos), além de tipos rurais localizados na linha de costa (3 tipos)⁶.

Os contextos regionais das 22 cidades analisadas foram identificados em 15 tipos de espaços rurais, incluindo cinco cidades que foram localizadas em “zonas de transição” que consideram dois ou mais tipos rurais.

As três cidades da região Norte – Manacapuru, Marabá e Parintins – localizam-se em contextos rurais do tipo 3 no bioma amazônico. Esse tipo regionalizado de espaço rural caracteriza-se pela presença de “populações tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, com longas experiências históricas de convivência com os recursos naturais (floresta e rios) e assentados dos movimentos migratórios ocorridos na segunda metade do século XX” (BITOUN *et al.*, 2017, p. 161). As atividades de exploração de madeira, minérios, garimpos, agropecuária e realização de grandes obras de infraestrutura coexistem num contexto de conflitos pela terra, de crescimento dos núcleos urbanos e de importância da agricultura familiar. Outra característica deste tipo de espaço rural são os baixos níveis de renda, indicadores sociais e de equipamentos domésticos. Na perspectiva da rede “urbana” destaca-se a importância local dos povoados, núcleos de assentamentos, aldeias e pequenas sedes de municípios e os problemas de conectividade. Nesse sentido, no caso de Parintins e Manacapuru ganha importância a noção de “cidades com responsabilidade territorial” de Bitoun (2009) para além da sua classificação hierárquica como centros sub-regionais B.

Três cidades mineiras – Ituiutaba, Montes Claros e Uberlândia – situam-se em contextos rurais classificados como tipo 8, que corresponde ao Cerrado do Centro e Sul de Goiás e Oeste e Centro de Minas Gerais. Trata-se de um espaço regional com aproximadamente 16% de população rural e uma “densa rede de cidades mais hierarquizadas no trecho Goiano e do Triângulo Mineiro que no setor mineiro mais oriental” (BITOUN *et al.*, 2017, p. 176). A malha municipal é densa, o que explica a grande quantidade de municípios polarizados pelas cidades, especialmente em nossa análise, nos casos de Uberlândia e Montes Claros. Do mesmo modo há uma rede urbana estruturada e hierarquizada com grandes cidades e cidades médias. Do ponto de vista produtivo:

trata-se de um tipo caracterizado pela forte integração entre atividades industriais e agropecuárias, destacando-se, por exemplo, as indústrias sucroalcooleiras, de conservas de frutas, de laticínios, frigoríficos de carne bovina e suína, avicultura. A produção agropecuária é, portanto, muito diversificada, mas, em padrões predominantemente patronais, [com] muitas cadeias produtivas (feijão, arroz, milho, café, rebanhos leiteira e de corte, soja, cana de açúcar, algodão entre outras). (BITOUN *et al.*, 2017, p. 176-177)

Essa densidade produtiva tem muita relação com a importância de Uberlândia na perspectiva da gestão empresarial, como demonstrou o estudo REGIC 2018. Ainda, a articulação de parte da produção agropecuária com os mercados nacionais e globais, o padrão produtivo moderno e sua relação com a indústria fazem desse contexto regional um espaço que articula amplamente o rural ao urbano.

No caso da cidade de Montes Claros é necessário contextualizar que seu espaço regional pode se caracterizar como de transição entre três tipos regionalizados de rural, já que além do tipo 8, há características relativas aos tipos 7 e 9. Nessa perspectiva, o tipo 7 (Cerrado: Norte de Minas) apresenta um maior percentual de população rural e um predomínio de formas de agricultura familiar; por sua parte, o tipo 9 (Cerrado: Noroeste de Minas) caracteriza-se por apresentar algumas mudanças no sentido da transformação de um rural mais tradicional do ponto de vista produtivo, para um espaço orientado para cadeias produtivas como a produção de grãos.

Ainda num contexto regional de bioma Cerrado, encontramos a cidade de Dourados, que se situa no tipo regionalizado 10 (Cerrado: Mato Grosso do Sul; Sudoeste de Goiás; Sul de Mato Grosso). Esse espaço regional caracteriza-se pela “concentração da população em quadros urbanos (somente 17,5% reside em zona rural), predomínio das grandes propriedades, presença de populações indígenas no sul, norte e oeste da região em numerosas aldeias” (BITOUN *et al.*, 2017, p. 179). Do ponto de vista produtivo, trata-se de um sistema agropecuário baseado em grandes e muito grandes propriedades, que gera poucos empregos diretos, mas que tem um impacto importante na demanda por trabalhadores urbanos qualificados: “Configura-se assim um campo produtivo altamente mecanizado em padrões empresariais e patronais selecionando algumas pequenas e médias cidades como bases operacionais do negócio” (BITOUN *et al.*, 2017, p. 179). Nesse sentido, a característica de Dourados como destino para o consumo de bens e serviços agropecuários é totalmente compreensível. Destaca-se nesse tipo rural a produção de soja, milho e algodão, junto com a pecuária de corte, confirmando a orientação para o agronegócio e consolidando o que Bitoun denomina uma “estrutura produtiva agroexportadora em campos sem camponeses”; entretanto, colocando uma grande importância nas principais cidades.

O caso da cidade de Campos dos Goytacazes nos leva para um espaço regional do tipo 13, ou seja, localizado na Linha de Costa Sudeste e Sul, do Espírito Santo ao Chuí. Nesse extenso espaço verifica-se uma forte dinâmica de crescimento populacional, que se manifesta, no urbano, na presença de metrópoles e grandes cidades e, no rural, em espaços urbanizados isolados, balneários e outras formas de urbanização. Segundo Bitoun *et al.* (2017), as atividades rurais têm pouco peso na economia, mas há uma pluriativi-

dade associada ao turismo, às segundas residências e à produção agrícola orientada aos grandes centros urbanos próximos. Completando a caracterização da região em que se localiza a influência de Campos dos Goytacazes é preciso também descrever o tipo regionalizado 17, que corresponde ao bioma da Mata Atlântica do Noroeste Fluminense (entre outros) e que se caracteriza por ser uma zona de serra, com baixas densidades de população rural, predomínio da atividade agrícola familiar e com presença de comunidades quilombolas. Do ponto de vista das relações, a população residente em áreas rurais, seja em sítios, fazendas e povoados, muitas vezes tem dificuldade de acessar as principais cidades que oferecem a maior oferta de serviços. Nesse tipo 17 também se localiza a cidade de Teófilo Otoni no Estado de Minas Gerais.

As regiões de influência de Chapecó e Passo Fundo situam-se no espaço rural do tipo 15, que corresponde à Mata Atlântica do Centro e Sudoeste Paranaense; Oeste Catarinense e Microrregião de Canoinhas; Noroeste Gaúcho. Entre as principais características identificadas por Bitoun *et al.* (2017) encontram-se: um rural com predomínio da agricultura familiar, em zonas de colônias de imigrantes europeus do século XIX e XX, com complementaridade entre a produção primária e as atividades produtivas artesanais e/ou industriais. Essa última característica denota uma forte articulação entre o urbano e o rural, manifesta na importância da agroindústria que pode ser verificada nas cidades de Chapecó e Passo Fundo. Nesse sentido, trata-se de uma “agricultura familiar fortemente amparada pelo crédito rural e apoiada pela extensão rural integra diversas cadeias produtivas de produtos vegetais e animais com forte integração agropecuária/indústria” (BITOUN, 2017, p. 201). Também se destaca sua importância como centro de consumo de insumos, maquinários, implementos e assistência técnica observados nos índices de atração agropecuária da REGIC. Outra característica importante refere-se à grande quantidade de municípios produto das emancipações, o que se observa nas tabelas já vistas sobre ligações entre municípios, como na Tabela 7 em que Chapecó e Passo Fundo polarizam 273 e 300 municípios, respectivamente, na procura por bens e serviços.

Para as cidades de Bauru, Marília, Londrina e Maringá, o tipo rural corresponde ao número 16, ou seja, Mata Atlântica: Oeste Paulista e Norte e Oeste Paranaenses (entre outros). A dinâmica produtiva é similar à descrita no caso da cidade de Dourados (tipo 10): “segue os mesmos padrões de grandes propriedades, com forte aparato técnico e poupadoras de mão de obra (BITOUN *et al.*, 2017, p. 203). Entretanto, há uma copresença das grandes propriedades e suas cadeias produtivas, com assentamentos de reforma agrária, entre outros, o que gera situações de conflito no campo. Do ponto de vista das articulações na rede urbana e do rural com o urbano, trata-se de um tipo de espaço rural que orienta sua produção para as agroindústrias localizadas nas cidades, tendo um exemplo claro nas numerosas unidades de transformação das cooperativas no Norte paranaense, e que por sua vez demanda das cidades produtos e serviços fundamentais para a produção agrícola, o que se traduz em altos índices de atração agropecuária, especialmente para as cidades de Londrina e Maringá.

No caso específico das cidades de Bauru e Marília identifica-se também uma situação de transição entre o tipo 16 e o tipo 6 (Cerrado Paulista), que corresponde a uma região altamente urbanizada, com uma rede urbana densa e a presença de áreas urbanas isoladas. Do ponto de vista produtivo é uma região de intensa produção e integração

entre a agricultura e a indústria, com altos padrões tecnológicos. A importância da produção industrial na economia regional confere um destaque às principais cidades, como demonstram os casos de Bauru e Marília.

As cidades de Juiz de Fora e Resende relacionam-se com o espaço rural do tipo 19 (Mata Atlântica: Entornos do Rio, Juiz de Fora...), caracterizado pela presença de um relevo de serra que oferece atrativos para atividades turísticas e incentiva a pluriatividade nos espaços rurais e uma intensa relação com as grandes cidades na oferta de produtos agropecuários, na opção pelas segundas residências e diversas alternativas de lazer em espaços rurais com aproveitamento de amenidades “naturais”. Como afirma Bitoun *et al.* (2017, p. 207): “O tipo apresenta índices de forte expansão direta do urbano sobre o rural por meio do grande número de Áreas Urbanas Isoladas, expressando manchas de condomínios e uma forte redução da população rural”.

No espaço rural do tipo regionalizado 20 podemos situar as cidades de Campina Grande, Caruaru e Itabaiana. Esse tipo do bioma Caatinga inclui os “Agrestes de Natal a Feira de Santana” e possui as seguintes características: presença de “uma rede densa de cidades pequenas e médias que nunca são muito distantes da população rural” (BITOUN *et al.*, 2017, p. 215) nem muito afastadas das capitais regionais ou das grandes cidades litorâneas; forte integração entre o campo e as cidades, manifestada, por exemplo, na existência de famosas e consolidadas feiras; orientação produtiva para a policultura e, em alguns casos, para a pluriatividade; altas densidade de população rural residente em sítios, estabelecimentos rurais e povoados; e baixos indicadores sociais e oferta de trabalhos urbanos de baixa qualificação.

Ainda no bioma Caatinga, localizamos a região em que se localiza a cidade de Patos, sendo nesse caso o tipo regionalizado 23, ou seja, a Caatinga dos Sertões Norte Orientais com maior aridez (RN/PB/PE). Esse espaço rural caracteriza-se pela presença de agricultores familiares com produção frágil, em função das secas, o que confere importância aos serviços e programas sociais. Na relação campo/cidades, o acesso aos serviços básicos oferecidos nas pequenas cidades é facilitado pela proximidade, entretanto, o acesso “a cidades intermediárias ou grandes com maior nível de serviços e presença de atividades econômicas mais diferenciadas não apresenta a mesma facilidade, sobretudo considerando as limitações das economias domésticas” (BITOUN *et al.*, 2017, p. 220). Nesse sentido, podemos inferir que embora a cidade de Patos seja classificada como um centro sub-regional, cumpre um papel fundamental na rede urbana para os municípios e a população da sua região.

Finalmente, a cidade de Mossoró pode ser considerada numa região de transição entre os rurais dos tipos 12 e 22, ou seja, entre a Linha de Costa Nordeste e a Caatinga nos Sertões Norte. Na faixa litorânea, o rural sofre grandes pressões vindas da urbanização pela expansão das áreas urbanas, produção de loteamentos, condomínios e grandes empreendimentos turísticos, segundas residências e serviços relacionados com a atividade turística (BITOUN *et al.*, 2017). Assim, o rural muitas vezes parece um remanescente nos interstícios dos espaços urbanizados. No caso específico de Mossoró e sua região próxima, há um elemento diferenciador que se refere à extração de sal, que a coloca como a maior região produtora no Brasil (ELIAS, PEQUENO, 2010).

Por sua parte, o rural da Caatinga nos Sertões Norte é caracterizado segundo Bitoun *et al.* (2017) pelos seguintes aspectos: diversidade de sistemas produtivos que opõem diversos sistemas de agricultura familiar com sistemas de agricultura patronal com irrigação e áreas de monocultura, com destaque na região de Mossoró para a fruticultura (ELIAS, PEQUENO, 2010); presença importante de assentados de reforma agrária, quilombolas e indígenas; e rede urbana estruturada, com capitais regionais e centros menores bem equipados. Nesse sentido, verifica-se a importância de Mossoró como capital regional B e sua polarização em mais de 100 municípios para a procura por bens e serviços.

Em síntese, considerando os contextos regionais na perspectiva dos tipos rurais, verifica-se uma grande variedade de situações, com cidades com importância regional associada a espaços de agricultura familiar mais tradicional, a contextos de forte integração da agropecuária com a indústria, ao agronegócio de exportação, a atividades rurais de caráter extrativo e a espaços rurais caracterizados pela pluriatividade associada ao turismo.

Considerações Finais

As descrições e análises apresentadas no texto demonstram a grande diversidade de situações às quais remetem as cidades selecionadas, seja na perspectiva das suas características demográficas, nas suas funções e posições na rede urbana e/ou nos contextos regionais em que estão inseridas.

Na perspectiva da rede urbana é possível identificar claramente um grupo de cidades médias conformado por aquelas cidades classificadas no estudo das regiões de influência de cidades como “capitais regionais”, que correspondem a: AP de Londrina, Uberlândia, AP de Maringá, AP de Juiz de Fora, AP de Campos dos Goytacazes, AP de Campina Grande, Montes Claros, AP de Bauru, Caruaru, Mossoró, Marabá, AP de Marília, AP de Chapecó, Dourados, Passo Fundo e Teófilo Otoni. As outras cidades selecionadas correspondem a “centros sub-regionais” que possuem importância regional para além da sua hierarquia formal (sub-regional), especialmente os amazônicos – Parintins e Manacapuru – associados à noção de responsabilidade territorial; Patos, localizada no sertão paraibano, numa região com dificuldades de acesso para as populações do campo e cidades menores a centros de maior hierarquia urbana; Ituiutaba, exercendo uma função de intermediação numa região altamente polarizada por Uberlândia; Itabaiana, com importância no sertão sergipano, mesmo com a forte polarização de Aracaju sobre todo o território estadual; e Resende localizada numa área fortemente urbanizada num contexto de metropolização em escala regional.

Nessa perspectiva, há uma coincidência com o estudo do IPEA (2022), no qual 21 das cidades consideradas neste texto são classificadas como cidades médias. A única exceção constitui o AP de Londrina, que para o IPEA constitui uma “metrópole emergente”, assim como chegamos a mencionar nas análises demográficas quando identificamos que alguns APs já apresentam processos de metropolização.

Finalmente, vale a pena uma vez mais reforçar a necessidade de considerar as diferentes realidades que apresenta o Brasil em termos de urbanização e ocupação do

território, manifestadas nas diversas e dinâmicas funcionalidades urbanas e em variadas relações cidade-região.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. p.199-322.

AMORIM FILHO, O. B. Um modelo de zoneamento morfológico-funcional do espaço intraurbano das cidades médias de Minas Gerais. In: AMORIM FILHO, O. B.; SENA FILHO, N. *A morfologia das cidades médias*. Goiânia: Vieira, 2005. p. 17-68.

BESSA, K. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). *Caminhos de Geografia*, v. 24, n. 16, p. 268-288, 2005.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para a reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, Lívia (Orgs.). *Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuição para o debate sobre políticas territoriais*. Recife: FASE/Observatório das Metrôpoles, 2009.

_____. A Geografia e Jan Bitoun. *GeoAtos*, n. 12, v. 2, p. 105-115, 2012. [Entrevista realizada por Eliseu Savério Sposito e Paulo Fernando Jurado da Silva].

_____ et al. Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros. In: IICA. *Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Brasília: IICA, (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22), p. 37-236, 2017.

_____; MIRANDA, L. (Orgs.). *Tipologia das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.

_____; _____; MOURA, R. Cidades Médias no Brasil: Heterogeneidade, diversidade e inserção nos espaços rurais brasileiros. In: MATURANA, F. et al. (Eds.). *Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica*. Santiago: IGEO/PUC, LOM, 2017. p. 44-77.

BRASIL. *Estudo da dimensão territorial para o planejamento: Volume III – Regiões de Referência*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.

CORRÊA, R. L. Estudo das relações entre cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 31, n. 1, p. 43-56, 1969.

_____. Hinterlândias, hierarquias e redes. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994., p. 323-359.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Cidades médias e região*. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2017. p. 19-55.

_____. PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Elementos para a apreensão da dimensão regional do urbano-metropolitano na atualidade. *Confins* [Online], n. 44, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.27547>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas 1966*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. *Regiões de influência das cidades 1978*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. *Regiões de influência das cidades 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. *Regiões de influência das cidades 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Agenda Urbana e a construção da PNDU. Contribuições para uma Agenda Urbana de Interação regional: Para interpretação e tipologia de rede urbana para um Brasil mais policêntrico*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2020. [Nota Técnica 1.4].

_____. *REGIC: Trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018*. Brasília: IPEA, 2021. [Texto para discussão 2666].

_____. *Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil: Referencial conceitual e metodológico. Relatório 1*. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MOURA, R. *A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea*. EURE, v. 38, n. 115, p. 5-31, 2012.

OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Cidades médias e região*. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2017.

SCHOR, T. As cidades invisíveis da Amazônia brasileira. *Mercator*, v. 12, n. 28, p. 67-84, 2013.

_____; COSTA, D. P. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões – AM. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. *As cidades e a urbanização no Brasil: Passado, presente e futuro*. Florianópolis: Insular, 2011. p. 129-146.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR/UNESP, 2001. p. 609-643.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Orgs.). *Cidades médias: Produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.

Recebido em: 01/03/2023. Aceito em: 30/04/2024.

Notas

¹ Termo de Concessão nº 0013/2019, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ).

² Estão sendo considerados os tamanhos demográficos estimados para o ano de 2018 porque foram os utilizados no último estudo da REGIC que será abordado no decorrer do texto.

³ Nesse sentido, nos últimos estudos da REGIC, o IBGE tem considerado as Áreas de Concentração da População (ACP), em 2007, e Arranjos Populacionais (AP), em 2018. Ainda no sentido de superar as limitações da definição de cidade, consultar os estudos “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil” (IBGE, 2016) e “Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação” (IBGE, 2017).

⁴ No estudo REGIC 2018, o IBGE utiliza a grafia Cidades (com maiúscula) já que nessa denominação se incluem os Arranjos Populacionais, considerados como uma unidade funcional ou uma cidade, para além da definição legal vigente no Brasil.

⁵ Para maiores detalhes consultar o tópico Metodologia e operacionalização da seção Notas Técnicas do estudo REGIC 2018.

⁶ Para maiores detalhes, consultar: BITOUN *et al.*, 2017, p. 91.